



EMEF. DEZENOVE DE ABRIL.

ATIVIDADE REFERENTE SEMANA 25 - 01/09/2025 A 05/09/2025.

COMPONENTE CURRICULAR: História

TURMA: 81

PROFESSOR (a) Marcos Antônio

OBSERVAÇÕES: **O planejamento da aula poderá sofrer alterações conforme a necessidade do professor (a).**

Período Regencial

O **período regencial brasileiro ocorreu entre 1831 e 1840**, após a abdicação de Pedro I e antes da coroação de Pedro II. Pedro I abdicou do trono quando seu filho, Pedro II, tinha apenas cinco anos.

De acordo com a Constituição 1824, outorgada no contexto da independência do Brasil, **Pedro II só poderia assumir o império brasileiro quando atingisse a maioridade**, ou seja, quando completasse 18 anos.

Durante esse período de transição, **o país foi governado por regentes escolhidos pela Assembleia Geral**. Quatro anos antes atingir a maioridade, em 1840, houve uma antecipação do final do período regencial e Pedro II assumiu o trono e tornou-se imperador do Brasil naquele que ficou conhecido como Golpe da Maioridade.

O período regencial foi **marcado por diversas revoltas e conflitos políticos**, principalmente no início, quando houve disputas entre as províncias e as elites locais pelo poder. Concomitantemente, com a queda nos preços do café, principal produto de exportação na época, o Brasil passou por instabilidades econômicas.

Durante o período regencial, foram aprovadas importantes reformas políticas, como o **Ato Adicional**, que descentralizou o poder e concedeu mais autonomia às províncias.

No final do período regencial, houve a **eleição de uma nova Assembleia Geral Constituinte**, dando início ao Segundo Reinado, período em que Pedro II assumiu o trono do Brasil.

Contexto histórico e causas do período de regência brasileiro

O período regencial brasileiro foi causado pela abdicação de Pedro I em 1831, após uma série de conflitos políticos e insatisfações populares. **Pedro I havia enfrentado resistência política e social desde o início de seu reinado**, principalmente devido a sua tentativa de centralização do poder e ao descontentamento com a influência portuguesa em seu governo.

As tensões se intensificaram após a soberania da Assembleia Constituinte em 1823 e a posterior adoção de uma Constituição outorgada por Pedro I em 1824. Essa Constituição

estabeleceu um **regime político centralizado e autoritário**, o que gerou descontentamento em muitas províncias brasileiras.

Além disso, a economia brasileira também passou por dificuldades na época, com a **queda dos preços do café e o aumento da concorrência com outros países produtores**. Isso gerou descontentamento entre a elite agrária, que exigia medidas para estimular a economia e garantir seus interesses.

Diante desse cenário de conflitos políticos, sociais e psicológicos, a abdicação de Pedro I em 1831 abriu caminho para o período regencial, em que o país seria governado por regentes escolhidos pela Assembleia Geral até a maioria de Pedro II.

No Brasil existiam três grandes partidos políticos, que representavam os interesses das diferentes classes e disputavam o poder, sendo eles:

O **Partido Moderado**, que representava o interesse dos proprietários agrários e tinha um viés conservador – defendiam a escravidão, a monarquia e a preservação da unidade territorial do país. Seus principais líderes eram Diogo Antônio Feijó, Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos;

O **Partido Exaltado**, que representava os interesses da classe urbana brasileira. Eram favoráveis à descentralização do poder, à autonomia administrativa das províncias e à implantação de um sistema republicano. Tinha como principais líderes Borges da Fonseca, Lélis Augusto May e Cipriano Barata;

O **Partido Restaurador**, antigo Partido Português, que almejava articular o retorno de Pedro I ao trono do império. José Bonifácio de Andrada e Silva foi seu principal líder.

Devido à grande variedade de espectros políticos naquela época, o período regencial brasileiro foi também diverso em relação às suas lideranças políticas.

Fases do período regencial

O Período Regencial durou nove anos, porém foi governado por diferentes pessoas em suas diferentes fases. Podemos dividir o período regencial no Brasil (1831-1840) em quatro fases principais, que servem também como marcos históricos:

Regência Trina Provisória (1831): abrangeu os meses de abril a junho de 1831 e deu condições para que um novo governo fosse escolhido. Era composta pelos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e José Joaquim de Campos e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Em 17 de julho do mesmo ano, a Assembleia Geral do império estabeleceu um processo de escolha da Regência Trina Permanente;

Regência Trina Permanente (1831-1834): formado por Francisco Lima e Silva, João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho como regentes e o padre Diogo Antônio Feijó como Ministro da Justiça, a Regência Trina Permanente se caracterizou por uma política conservadora e alguns acontecimentos relevantes: **a criação da Guarda Nacional, a reforma do Poder Moderador e uma série de revoltas pelo país.**

Diante dos embates entre o governo e as províncias, que exigiam maior autonomia, foi aprovado durante a Regência Trina Permanente o **Ato Adicional de 1834**, que alterava alguns pontos da Constituição vigente. As mais relevantes foram:

- a) fim do poder moderador;
- b) fim do Conselho de Estado;
- c) criação de Assembleias Legislativas provinciais;
- d) aumentos dos poderes dos presidentes de província – mesmo que a nomeação ainda fosse dada pelo imperador;
- e) substituição de uma regência trina por uma regência una.

A partir da definição de uma nova regência, agora una, novas eleições foram organizadas e, em 1835, o padre Diogo Antônio Feijó obteve 2826 votos e tornou-se o regente do Brasil;

Regência Una de Feijó (1835-1837): a regência de Feijó foi um período de fortes pressões políticas. O padre buscava conciliar os interesses divergentes das correntes políticas do país e, por isso, sofreu diversas manifestações oposicionistas.

Apesar de ter tomado medidas importantes para modernizar o país e fortalecer o Estado, a regência de Feijó foi marcada por **forte instabilidade política e social, com diversas revoltas e conflitos em várias regiões do país**. Ele acabou renunciando à regência em 1837, em meio a uma grave crise política e social. Então o senador pernambucano Pedro Araújo Lima assumiu o cargo.

Regência Una de Araújo Lima (1837-1840): o período regido por Araújo Lima foi marcado por um caráter regressista em relação às políticas liberais aprovadas pelo **Ato Adicional de 1834**. Na política conservadora do período as províncias perderam parte de suas atribuições político-administrativas, que mais uma vez voltaram a se reportar diretamente ao governo central do país.

Diante do conservadorismo e do retrocesso protagonizado por Araújo Lima, a ala liberal da política começou o processo de antecipação da coroação de Pedro II, no intuito de resolver os problemas políticos e contornar as revoltas ao longo do território brasileiro.

A regência de Araújo Lima sucumbiu à pressão liberal e chegou ao fim em julho de 1840, com a **coroação do jovem Pedro II**, na época com **14 anos**. O episódio ficou conhecido como Golpe da Maioridade.

Principais características do período regencial

O período regencial no Brasil (1831-1840) foi marcado por diversas características e eventos importantes, tais como:

Descentralização do poder: Durante o período regencial, houve um movimento de descentralização do poder, com a criação de assembleias provinciais e a aprovação do Ato Adicional, que concedeu mais autonomia às províncias.

Conflitos políticos: O período regencial foi marcado por conflitos políticos intensos, envolvendo elites locais e diferentes grupos políticos. Esses conflitos muitas vezes se transformaram em revoltas populares, como a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada.

Lutas pela autonomia das províncias: Como parte do movimento de descentralização do poder, muitas províncias brasileiras lutaram pela autonomia e pelo reconhecimento de suas particularidades. Alguns exemplos incluem a Confederação do Equador, em 1824, e a Revolta dos Farrapos, que durou de 1835 a 1845.

Importância do café: O café tornou-se o principal produto de exportação brasileiro durante o período regente, impulsionando a economia do país. No entanto, a queda nos preços do café durante a década de 1830 gerou dificuldades para os produtores e para o governo.

Eleições: Durante o período regencial, foram realizadas diversas eleições para a escolha de regentes, deputados e senadores. No entanto, o direito de voto era restrito a homens com renda mínima, o que excluía a maioria da população..

O período regencial e a eclosão de revoltas e rebeliões

Durante o período regencial no Brasil (1831-1840), ocorreram diversas revoltas e rebeliões em diferentes regiões do país. Algumas das principais foram:

Cabanagem (1835-1840): Foi uma revolta popular que ocorreu na região da Amazônia, especialmente no Pará, entre 1835 e 1840. Os cabanos, como eram chamados os rebeldes, lutavam contra o governo central e as elites locais, queriam a autonomia da região e melhoria das condições de vida da população.

Guerra dos Farrapos (1835-1845): Também conhecida como Revolução Farroupilha, foi uma rebelião que ocorreu na província do Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845. A elite gaúcha lutava pela autonomia da região contra a centralização do poder no governo central.

Sabinada (1837-1838): Foi uma revolta que ocorreu na província da Bahia, entre 1837 e 1838. Os rebeldes, conquistados por Sabino Álvares da Rocha Vieira, exigiam a independência da Bahia em relação ao governo central e a adoção de reformas políticas e sociais.

Balaiada (1838-1841): Foi uma revolta popular que ocorreu na região do Maranhão, entre 1838 e 1841. Os balaaios, como eram chamados os rebeldes, lutavam contra as elites locais.

Revolta dos Malês (1835): Foi uma rebelião de escravizados que ocorreu na cidade de Salvador, em 1835. Os Malês, como eram chamados os escravos muçulmanos, planejaram um levante para conquistar a liberdade e a igualdade, mas foram reprimidos pelo governo central.

Revolta dos Caboclos (1832): Foi uma rebelião que ocorreu na região de Goiás, em 1832. Os caboclos, liderados por Joaquim Inácio Silveira da Motta, lutavam contra as elites locais e o governo central, buscando a autonomia da região.

O fim do período regencial

O período regencial no Brasil teve fim em 1840, dando início ao reinado de Pedro II. **A coroação de Pedro II encerrou uma fase de transição política**, na qual o país foi governado

por regentes em nome do futuro imperador. Seu reinado duraria até 1889, quando ocorreu a Proclamação da República.

O período regencial no Brasil foi um período de intensas transformações políticas, sociais e repressivas no país. Algumas das principais consequências desse período foram:

Instabilidade política: O período regencial foi marcado por intensas lutas políticas, revoltas e rebeliões, o que gerou grande instabilidade política no país.

Fortalecimento do federalismo: Durante o período regencial, houve um fortalecimento do federalismo no Brasil, com a concessão de maior autonomia política e administrativa às províncias.

Perguntas frequentes

Porque a regência foi chamada de experiência republicana?

O período regencial brasileiro foi chamado de “**experiência republicana**” por alguns historiadores e estudiosos porque, durante esse período, ocorreram algumas mudanças significativas na estrutura política do país que antecederam a proclamação da República em 1889.

Quem governou durante o período regencial?

A regência do Brasil, entre 1831 e 1840, foi exercida por Nicolau de Campos Vergueiro, José Joaquim de Campos e Francisco de Lima e Silva (1831), Francisco Lima e Silva, João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho (1831-1834), Diogo Antônio Feijó (1834-1837) e Araújo Lima (1837-1840)

Quais são as 5 revoltas do período regencial?

Cabanagem (1835-1840), Guerra dos Farrapos (1835-1845), Revolta dos Malês (1835), Sabinada (1837-1838) e Balaiada (1838-1841)

Quem foi o primeiro regente Uno do Brasil do Período Regencial?

Diogo Antônio Feijó (1834-1837)